



Revista
de Psicologia

ISSN 2179-1740

DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS E CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE: ANÁLISE A PARTIR DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO

*COMPULSORY DISPLACEMENTS AND CONSTRUCCION OF SUBJECTIVITY: ANALYSIS
FROM DEVELOPMENT PROJECTS*

Tamires de Jesus Morais¹
Claudia Aline Soares Monteiro²

Resumo

O presente trabalho pretende expor análises iniciais sobre questionamentos de como tem se dado o processo de produção das subjetividades de sujeitos que sofrem com deslocamentos compulsórios, provocados pela implantação de grandes empreendimentos justificados pelo desenvolvimento econômico global em detrimento da manutenção de comunidades tradicionais Brasil afora. Fazemos a análise a partir de trabalhos que apresentam reflexões sobre o desenvolvimento das condições socioeconômicas destas populações deslocadas. Este trabalho aponta algumas reflexões feitas na dissertação de mestrado denominada "Grandes Empreendimentos e Comunidades Tradicionais: implicações subjetivas em famílias deslocadas compulsoriamente." A ideia é relacionar as vivências dos sujeitos deslocados com conceitos de apego e identidade de lugar, de forma crítica, refletindo sobre como essas questões têm sido abordadas pela sociedade capitalista e de que modo isto pode influenciar/interferir na construção das subjetividades das pessoas em questão. Ressalta-se a necessidade de mais pesquisas que permitam esse diálogo, pois possibilita a construção de novos saberes que podem contribuir com uma forma de pensar e projetar modelos sociais mais justos, menos excludentes e degradantes.

Palavras-chave: Palavras-chaves: Sujeito; subjetividade; deslocamento compulsório; espaço; lugar.

Abstract

The present work intends to present initial analyzes on questions about how the subjectivity of the subjects suffering from compulsory displacements has been given, caused by the implementation of large enterprises justified by global economic development, to the detriment of the maintenance of traditional communities throughout Brazil. We analyze from works that present reflections on the development of the socioeconomic conditions of these displaced populations. This work points to some reflections made in the Master's Dissertation called "Large Enterprises and Traditional Communities: subjective implications in compulsorily displaced families." The idea is to relate the experiences of the displaced individuals with concepts of attachment and place identity, in a critical way, reflecting on how these issues have been addressed by capitalist society, and how this can influence / interfere with the construction of the subjectivities of the people in question. The need for more research that allows this dialogue is emphasized, since it allows the construction of new knowledge that can contribute to a way of thinking and designing social models that are more just, less exclusive and degrading.

Keywords: subject, subjectivity, compulsory displacement, space and place.

¹ Mestranda do programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão. Trabalho realizado com apoio de bolsa FAPEMA. psirp09@gmail.com

² Doutora em psicologia pela Universidade de Brasília (UNB), docente do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). claudiaalinelmonteiro@gmail.com

INTRODUÇÃO

Estudos sobre deslocamentos compulsórios (ANDRADE, SOUZA FILHO, 2006; MAGALHÃES, 2009; PEREIRA, 2010; TEMPS, 2013; MENDONÇA, 2013) justificados pelos processos de desenvolvimento econômico no Brasil revelam o quanto os sujeitos deslocados têm sofrido com as mudanças de seus locais de moradia e vivências sociais. Neste trabalho, abordaremos sobre as questões referentes ao processo de formação da subjetividade (GOMES, 2008; SILVA, HENNING, 2011; TEMPS, 2013; SILVA; SOUZA, 2010) humana e a interferência que os processos de deslocamento compulsório podem causar.

Os deslocamentos compulsórios são entendidos aqui, segundo Magalhães (2009, p. 15), que em sua Tese de doutorado intitulada "Lamento e dor: uma análise sócioantropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens" aponta este conceito entendendo que é "o processo pelo qual determinados grupos sociais, em circunstâncias sobre as quais não dispõem de poder de deliberação, são obrigados a deixar ou a transferir-se de suas casas e/ou de suas terras", neste sentido, mostra que os sujeitos não têm poder de decisão e que, portanto, não há escolha. A determinação vem de uma intervenção externa e estes sujeitos são forçados a sair de seus espaços. Nos trabalhos que pudemos observar, estes processos recebem nomenclaturas diversas, tais como: relocação, migração forçada, reassentamento, transferência de população, remanejamento, deslocamento forçado entre outras. Almeida (1996, p. 30) define deslocamento compulsório como:

O conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos.

Os deslocamentos compulsórios não são apenas mudanças econômicas, são de trato psicológico, cultural, afetivo e social, comparados então com redemoinhos, fazendo alusão à desorganização que se configura na vida destas pessoas após o deslocamento forçado. Silva e Souza (2010) falam do deslocamento como uma forma de trauma, que causa diversas mudanças nas vidas dos sujeitos que são atingidos. Influenciando então, na construção da subjetividade pessoal e social de indivíduos e grupos.

A subjetividade humana é construída, segundo Furtado (2015), de modo dialético e intimamente ligada

com os acontecimentos da vida cotidiana. Onde apreendemos de modo particular o mundo, não numa relação dual externo/interno, biológico/psicológico, mas numa relação dialética e em constante transformação. No entanto, é importante ressaltar que as experiências vividas ao longo da existência de cada sujeito vão se imbricando e se relacionando no modo de percepção das experiências presentes e futuras, e assim, vai constituindo-se a subjetividade humana.

O processo de deslocamento compulsório é composto não apenas de perdas materiais, a perda do lugar de vivências e moradia, o local onde se plantava e colhia, é composto também, de perdas intangíveis e incontáveis, perdas sociais e culturais, que também refletem em danos subjetivos e deixam o indivíduo com sentimentos de desamparo, incerteza e medo.

Silva e Souza (2010) assinalam que os referenciais espaciais, sociais e culturais são perdidos em decorrências dos deslocamentos, pois suas bases materiais foram retiradas e precisam ser ressignificadas para se adaptar às novas condições de viver e reproduzir-se. Novos acontecimentos se darão e o novo espaço precisa de adaptações, meios de ocupá-lo, de estar ali. Intervenções ambientais no espaço se farão necessárias para se recriar um novo lugar, outras significações que provavelmente, serão atravessadas das perdas sentidas pelo espaço onde se havia estabelecido de maneira afetiva as vivências anteriores (MORAIS, 2015).

Neste sentido, Ewald, Gonçalves e Bravo (2008) afirmam que o projeto de modernização do espaço, planejado e utilizado conforme os parâmetros da racionalidade técnico-científica, não deixa a subjetividade incólume, ou seja, a utilização dos espaços de modo racionalizado, e conforme uma racionalidade preestabelecida, ditada pelos que acreditam que estão utilizando o espaço de modo funcional e que o fazem sem o consentimento prévio daqueles que já são parte do lugar. Utilizamos aqui a expressão "são parte do lugar" por acreditarmos que os lugares passam a fazer parte de nós assim que interagimos nos espaços e nos apropriamos deles. Para Mourão e Cavalcante (2011), o lugar tem como papel principal ocasionar sentimento de pertencimento e de conexão. Neste sentido, os espaços se tornam lugares que abrigam e remetem o sujeito ao sentimento de segurança e pertença, a partir das vivências e do convívio com familiares e amigos.

Neste trabalho, pretendemos mostrar a importância do espaço na construção da subjetividade humana. Deste modo, defendemos que o espaço não pode ser percebido apenas a partir do ponto de vista da funcionalidade técnico-científica, é necessário que o

percebamos como um lugar no qual se encontram e onde se realizam as trocas entre os sujeitos e o mundo, além do mais, é onde as subjetividades se encontram e se transformam (EWALD; GONÇALVES; BRAVO, 2008).

A SUBJETIVIDADE E O LUGAR

O indivíduo interage com o ambiente (entendido aqui como o ambiente social, físico, cultural) de modo que o modifica e é modificado por ele, objetiva e subjetivamente. Estas ações do homem de compreensão, reação e modificação sobre seu entorno é o que interessa à psicologia ambiental, que deseja perceber a interação do indivíduo com o ambiente que o circunda. Para tanto, a psicologia ambiental lança mão de alguns conceitos, tais como a identidade de lugar, a identidade do eu, o apego ao lugar, bem como a apropriação de lugar, na tentativa de apreender os componentes emocionais imbricados nesta relação do sujeito com o lugar (GOMES, 2008).

Falamos a partir de trabalhos (GOMES, 2008; MAGALHÃES, 2009; PEREIRA, 2010; SOUZA; SILVA, 2010; MOLER, 2011; MENDONÇA, 2013; TEMPS, 2013) que relatam os processos de expropriação de famílias ou comunidades inteiras em detrimento da construção de empreendimentos que prometem o desenvolvimento socioeconômico do país e que, no entanto, estes deslocamentos acabam acarretando inúmeros problemas sociais e econômicos a estas comunidades. Onde as comunidades são desfeitas, restando aos moradores indenizações, com as quais não se consegue a compra de uma moradia digna, ou se compram casas ou lotes em periferias urbanas, sem condições de emprego e renda, devido ao tipo de atividade geralmente exercida pelos sujeitos desapropriados. Ou, em outro cenário, são feitos reassentamentos, também em locais longes dos centros urbanos e diferentes das condições vivenciadas anteriormente pelas comunidades.

Neste sentido, afirmamos que estas mudanças se configuram em transformações também no processo de formação continuada da subjetividade humana, de modo que para alguns dos autores citados (GOMES, 2008; TEMPS, 2013), essas subjetividades já construídas, ao serem deslocadas, arrancadas de seus espaços, são também desconsideradas, ou em muitos casos, cria-se um modelo de subjetividade que reafirma que o pobre não tem vez nessa sociedade, que pode ser visualizado pela ideia de que o Estado, calcado no modelo econômico e social vigente, não prioriza as questões sociais, visando à minimização das desigualdades sociais, mas prioriza a acumulação de capital, uma ideia de desenvolvimento econômico que

em nada se aproxima da igualdade social.

Damergian (2001) aponta sobre as complicações de vivenciar e superar as adversidades próprias da construção da subjetividade humana, quando nos referimos a uma sociedade que padece da ausência do Estado e de políticas públicas que possam dar um suporte e favorecer as relações sociais, no sentido de ser uma sociedade que priorizasse a igualdade social e tivesse a capacidade de acolher a todos. No entanto, vivemos em uma sociedade que longe de primar pela igualdade, ela incentiva a competição entre seus membros e ainda cria a ideia de que os fracassos são de responsabilidade única de que não “corre atrás”.

As novas realidades destes sujeitos acabam por criar necessidades que antes não eram comuns em suas vidas, e neste caso, acarretam em despesas financeiras, por exemplo, ou em dificuldades do tipo relacionais com os novos vizinhos, bem como o novo meio em que são inseridos de forma abrupta e sem um planejamento prévio (TEMPS, 2013; MORAIS, 2017). Sem falar, que geralmente, segundo os estudos citados acima, estas famílias são realocadas em regiões periféricas das cidades, sem a menor infraestrutura nem para os que já moravam lá, muito menos infraestruturas que abarquem os novos moradores. Nestas situações, acabam por maximizar os problemas estruturais das regiões onde são realocados.

Temps (2013) relata ainda sobre a dificuldade sentida por pessoas idosas, que não conseguem se acostumar com as mudanças, a saída de locais espaçosos onde moravam, que localizavam-se próximos de rios e do mar, por exemplo, para lugares sem as condições necessárias para manterem suas atividades diárias, tais como, a pesca, a agricultura de subsistência, a criação de animais de pequeno porte, bem como outras atividades laborais (apesar da idade). Além de tudo, cria-se uma nova relação com as formas de aquisição e troca dos alimentos, bem como com o dinheiro.

As experiências que o sujeito possui com o mundo e com os diversos atores nele existentes, com a sociedade e o meio em geral são responsáveis pela construção da subjetividade humana. Nestas relações, onde interage com o outro e com o mundo é que o homem conhece a possibilidade de existir, de ser um sujeito, assim, se dá o desenvolvimento do homem como ser social. A capacidade subjetiva do homem se desenvolve a partir dessa interação com a realidade objetiva, onde o sujeito passa a apreender as maneiras que lhe parecem mais corretas de lidar com as mais diversas situações da vida em sociedade. Neste sentido, compreendemos que o sujeito e sua subjetividade são formados a partir da relação com uma

determinada realidade social e histórica (MOLER, 2011).

Em acordo com os autores Silva e Henning (2011), afirmamos que a psicologia deixa de pensar o sujeito como um ser isolado, e passa a percebê-lo em uma relação com sua existência individual e a experiência coletiva, e isso ainda se configura como um desafio dentro desta ciência, por conta de sua história, como afirma Gonzalez Rey (2012), erigida de acordo com o legado de Durkheim que definiu que a psicologia e a Sociologia são orientadas por dois saberes diferentes, como se a construção de uma coisa pudesse existir sem a outra, demonstrando que a psicologia tem como objeto de estudo, o indivíduo, e baseia seu conhecimento nas leis do comportamento humano, enquanto que a sociologia se encarregaria das leis dos fenômenos sociais (GONZALEZ REY, 2012).

Gomes (2008) afirma que a cultura que é repassada de uma geração para outra entre as famílias é uma fonte importante quando se quer compreender a questão da subjetividade em determinados contextos, além das dimensões históricas, sociais e políticas, visto que é onde se podem perceber as mudanças de sentido existentes nas sociedades, que vão de acordo com as necessidades, que mudam por conta da ação transformadora do homem.

Afirma ainda que, as crenças, modelos e ideias são elementos que ajudam na formação da subjetividade, visto que constituem a cultura e por serem “capazes de garantir que modelos ideológicos geradores de discriminação e exclusão social se perpetuem através da reprodução dos valores culturais e das vivências” (GOMES, 2008, p.17), então, essas comunidades expropriadas necessitam reinventar suas subjetividades, já que parte de suas construções sociais e culturais foram desconsideradas ou deixadas para trás, junto com o lugar que lhes pertencia, junto com a organização social do dia-a-dia.

Vive-se um modelo de desenvolvimento, onde se produz a destruição da natureza em prol de acúmulos cada vez maiores de capital, justificados pela necessidade inventada do consumo em massa, e onde cada vez mais se utiliza manobras de mascarar a destruição dos biomas, por meio das políticas de sustentabilidade e responsabilidade social divulgada pelas grandes corporações, responsáveis por estes empreendimentos, como mostram estudos (AQUINO, 2011; SANTOS, 2010) sobre os programas de responsabilidade social da mineradora Vale e da Alumar, por exemplo, afirmando que estas empresas possuem uma política de publicidade que simplesmente dissimula suas ações destruidoras de ambiente e comunidades.

Nesta perspectiva, Gonçalves (2010, p. 08) afirma que a degradação da natureza traz consigo a degradação da própria humanidade, porque, intervém de forma violenta nos modos e meios de vida das pessoas e de comunidades inteiras, produzindo assim, algo que vai interferir no processo de produção da subjetividade: um desequilíbrio psicossocial.

A tomada por assalto dos territórios tradicionalmente ocupados revela resultados constrangedores para os indivíduos dessas comunidades. A questão da desapropriação nos grandes centros urbanos, compreendida por Vasconcelos (2012), afirma que não remete à desapropriação apenas do corpo físico, mas compromete também, o substrato do sujeito. Observa ainda que os modelos de habitação propostos a estas pessoas são alheios às suas necessidades, continua:

Dados clínicos e análises de histórias de vidas mostram, com eloquência, a pregnância da vivência do espaço habitado na vivência e na autoestima do corpo próprio e da sexualidade, com repercussão direta sobre a saúde, o bem estar físico e emocional, os relacionamentos afetivos e sociais, a atuação profissional, enfim, tudo que se relaciona com qualidade de vida (Vasconcelos, 2012, p. 109).

Segundo Gomes (2008, p.48), o processo de apropriação do lugar mostra além dos modos de vidas, hábitos e costumes das famílias e das pessoas que são deslocadas, apresentam também os sentimentos experimentados durante o processo de construção dos seus espaços e nas transformações realizadas em si mesmos. Gomes compreende que o processo de apropriação do espaço demonstra relação com a produção da subjetividade, por que são percebidas singularidades “em cada ação e em cada afeto” dos sujeitos, embora sempre estejam aparentes as características do coletivo.

A apropriação, na psicologia, segundo Cavalcante e Elias (2011, p. 64), se refere a Vygostsky e a Leontiev e faz alusão à apreensão que a pessoa faz do mundo, o que lhe permite “se conceber enquanto sujeito e apropriar-se de sua continuidade histórica por meio da linguagem e da ação”. Neste viés, a apropriação não se produz de forma isolada ou instantânea, mas é expressa no tempo de modos distintos e contínuos. No início, são percebidos comportamentos de modificação do espaço, que tem como objetivo torna-lo significativo para o sujeito; em seguida, os comportamentos dizem respeito à identificação do sujeito e do coletivo com os significados

criados, os quais são cuidados e preservados pelo grupo, o que confere identidade e torna referência social e espacial para estes sujeitos. Aproximando a noção de apropriação às noções de apego ao lugar e identidade de lugar (CAVALCANTE; ELIAS, 2011).

Elali e Medeiros (2011, p.57) afirmam que o apego ao lugar é necessário para o *self* e para as relações com as outras pessoas, indicando ainda pesquisas que demonstram a importância de fatores como a “idade, o ciclo de vida experienciado, o tempo de residência e o *status* do morador no local (superficial, parcial, pessoal, ancestral e cultural)”. Os vínculos, de ordem material e simbólica, que os grupos locais mantêm permanentemente com o lugar, levando à criação de um sistema próprio, embora aberto, de classificação e de conhecimento, desautorizam a realização de análises considerando as populações, os grupos como um dado natural e desvinculado do território, do lugar, das suas percepções, das subjetividades inerentes à experiência do grupo.

A partir destas percepções sobre a importância do lugar para a formação do eu e do sentimento de comunidade é que mostramos o quanto a subjetividade destas comunidades que sofrem o deslocamento compulsório são afetadas, visto que perdem suas referências espaciais, sociais e culturais, quando são retiradas de seus espaços de culto a ancestralidades, de vivências cotidianas, de retirada do alimento diário, enfim, seu lugar no mundo. Embora saibamos que lhes serão “oferecidos” outros espaços, outras formas de estar no mundo, há que se notar que estes novos espaços serão ainda trabalhados para se tornarem apropriados e talvez, um dia ser a referência dessas pessoas.

A sociedade tenta impor aos sujeitos características que exigem um desenraizamento social e territorial, fazendo com que as pessoas sejam obrigadas a não pensar mais em algo estante, fixo. Desta forma, os deslocamentos devem ser compreendidos, a partir desta lógica idealizada pelo capitalismo que faz com que os sujeitos se submetam às ordens que priorizam o desenvolvimento econômico global. Neste sentido, as comunidades não podem mais ter um lugar fixo no mundo. Criando-se modos de subjetivação que fazem muitas vezes com que estes sujeitos se resignem e aceitem as condições insuficientes de vida que lhes restam, como Temps (2013) revela.

Temps (2013) traz à reflexão a necessidade de mudança na subjetividade destes sujeitos por conta da alteração do estilo de vida, das relações sociais e na interação com o espaço, que agora é preciso transformá-lo em um novo lugar, e que por isso,

necessariamente, serão (re) inventadas as formas de lidar com as novas situações ali apresentadas. Lillywhite, Kemp e Sturman (2015) afirmam que em deslocamentos forçados (referindo-se a casos em que acontecem reassentamentos da comunidade), até os modos utilizados pela comunidade de lidar com a terra são modificados, os tais grandes empreendimentos criam modos de gerenciamento, ao impor o modelo que consideram mais eficaz para a plantação e cultivo na terra, desconsideram os saberes tradicionais da comunidade e impõe uma forma cheia de técnicas e sem muitas explicações plausíveis aos sujeitos, chegando a afirmar que “a comunidade só precisava de mudar a sua mentalidade e adotar as novas técnicas (...) se querem produzir com sucesso” (Lillywhite, Kemp e Sturman, 2015, p.22, grifo nosso).

Segundo Zygmunt Bauman (2001) atualmente, as pessoas não têm mais padrões de referências (entendemos aqui referências em diversos sentidos: espaciais, sociais, culturais), onde não têm mais um lugar preestabelecido (isto é pregado pela sociedade capitalista), afirma ainda que, apesar de não possuírem mais local fixo, preestabelecido, são incentivados a lutar individualmente, tentando deste modo, uma inserção nesta sociedade que é cada vez mais seletiva econômica e socialmente.

CONSIDERAÇÕES

finais

A construção da subjetividade humana se dá a partir do encontro de culturas, crenças das quais estamos inseridos, e os lugares onde se dão esses encontros não são menos importantes nesse processo. Os lugares são nossas referências por conta dos acontecimentos que neles se dão, por exemplo, o lugar onde nascemos e crescemos, onde aprendemos sobre o que é respeito, bem como os lugares que nos são caros pelos valores que a eles atribuímos por diversas causas, são parte de nós.

Neste sentido, é que tentamos demonstrar de que modo as expropriações de grupos e pessoas podem interferir nas construções de suas subjetividades, visto que lhes é tirado a própria referência de lugar, onde lhes é dada a certeza de que não há para si, um lugar no mundo que, de alguma forma, o sujeito sinta segurança. O lugar é o local efetivo da reprodução da vida diária, é onde habitamos e, de fato, existimos, construímos as nossas relações sociais e políticas do dia-a-dia.

A sociedade tem deixado marcas em seu povo, marcas da exploração trabalhista, da humilhação social, do desamparo e do abandono moral. E é a partir disto

que queremos continuar vendo as subjetividades humanas se formando? Gomes (2008) afirma que nessas relações que estão postas para os que são pobres pelo Brasil afora, não tem “espaço para experiências de compreensão, acolhimento, proteção, sustentação e favorecimento para o desenvolvimento das capacidades e habilidades pessoais” (GOMES, 2008, p. 46). Assim, a sociedade mostra que possui competência para estabelecer relações que possam favorecer ao desenvolvimento das subjetividades humanas, dando condições humanizadas, revelando a necessidade de se promover novas formas de vida que venham a difundir novos modelos de subjetividades que levem a sério.

As inúmeras famílias desapropriadas nos casos de implantação de grandes empreendimentos têm sido obrigadas a mudar seus modos e meios de vida, bem como suas formas de reproduzir-se subjetivamente, por conta que a sociedade não lhes dá condições de proteção e acolhimento diante das espoliações que acontecem diariamente.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. W. B. de. Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. **Rev. Travessia**. maio/agosto, 1996, pp. 30-35.
- ANDRADE, M. de P.; SOUZA FILHO, B (orgs.). **Fome de farinha: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara**. São Luís: EDUFMA, 2006.
- AQUINO, F. C.. **O que vale para a Vale: a construção do imperativo verde na comunicação publicitária**. Dissertação de mestrado, PUC – SP, 2011.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- CAVALCANTE, S.; ELIAS, T. Apropriação. In CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (org.). **Temas básicos em psicologia ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 63-69.
- DAMERGIAN, S. A construção da subjetividade na metrópole paulistana: desafio da contemporaneidade. In: PINHEIRO, José Q. et al. **Panoramas interdisciplinares para uma psicologia ambiental do urbano**. São Paulo: PUC, 2001, p. 87-120
- ELALI, G. A.; MEDEIROS, S. T. F. Apego ao lugar. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (org.). **Temas básicos em psicologia ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 53-62.
- EWALD, Ariane Patrícia; GONÇALVES, Rafael Ramos; BRAVO, Camila Fernandes. O espaço enquanto lugar da subjetividade. **Rev. Mal-estar e Subjetividade**, Fortaleza, Vol. VIII: Nº 3, p. 755-777 – set/2008.
- FURTADO, O. O Psiquismo e a Subjetividade Social. In: BOCK, Ana Maria Bahia.; GONÇALVES, M. da G. M.; FURTADO, O.. **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- GOMES, L. M. **A produção da subjetividade e a apropriação do espaço na periferia urbana**. Monografia, UNESC, Criciúma: SC, 2008.
- GONÇALVES, T. M. **Os valores que orientam a relação Homem/Natureza**. ANPPAS, 2010. Acessível em <http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT10-219-136-20100827161327.pdf> acessado em: 15 de abr. de 2016.
- GONZALEZ REY, F. L. **O social como produção subjetiva: superando a dicotomia indivíduo – sociedade numa perspectiva cultural– histórica**. ECOS – Estudos Contemporâneos da Subjetividade. Volume 2, Nº 2, 2012.
- LILLYWHITE, S., KEMP, D.; STURMAN, K., (2015). **Mineração, Reassentamento e meios de vida perdidos: ouvindo as vozes das comunidades reassentadas em Mualadzi**, Moçambique. Oxfam: Melbourne.
- MAGALHÃES, S. B. **Lamento e Dor. Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens**. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Belém: UFPA, 2007.
- MENDONÇA, B. R. **Peregrinos do desenvolvimento: conflitos socioambientais, deslocamentos compulsórios e resistências nos casos de instalação de projetos industriais em São Luís e Bacabeira – MA**. Artigo apresentado ao XXIX Congresso Latinoamericano de Sociologia – ALAS, Chile, 2013.
- MOLER, L. B.. **Nosso modo de vida vale a pena: estudo sobre pescadores artesanais maranhenses**. Dissertação de mestrado. São Paulo:

PUC, 2011.

MORAIS, T. J. **Apego e identidade de lugar:** uma análise do processo de adaptação de sujeitos deslocados compulsoriamente. In IV SEDMMA:

Territórios, mineração e desigualdades ambientais no Brasil: diversidade sociocultural e luta por direitos. São Luís – MA, 2015.

MORAIS, T. J. **Grandes empreendimentos e comunidades tradicionais: implicações subjetivas em famílias deslocadas compulsoriamente.**

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Psicologia/CCH, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 130 p., 2017.

MOURÃO, A.R.T.; CAVALCANTE, S.. Identidade de lugar. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (org.).

Temas básicos em psicologia ambiental. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

PEREIRA, P. M. N. **Projetos de desenvolvimento e conflitos socioambientais em São Luís-MA: O caso da instalação de uma usina termelétrica.** São Luís – MA, monografia do Curso de Serviço Social – UFMA, 2010.

SANTOS, P. C.. **Discurso da mídia impressa sobre a implantação da Alcoa Mineração S.A. em São Luís – MA.** Tese de doutorado – Programa de Pós graduação em desenvolvimento sustentável do Trópico úmido, UFPA, 2010.

SILVA, R. B.; HENNING, L. M. P. **A construção da subjetividade:** notas sobre o sujeito. Rer. Acta Scientiarum Human and Social Sciences Maringá, v. 33, n. 1, p. 67-74, 2011.

SILVA, V. de P. da.; SOUZA, Camila Louise de. Efeitos Espaciais e Sociais de Grandes Projetos: Territórios, territorialidades e Deslocamentos compulsórios na área de abrangência da usina hidrelétrica de Miranda no rio Araguari, em Uberlândia – MG. **rev. Horizonte Científico**, vol 4, n.01, ago 2010. Acessado em 17 set de 2015. acessível em: <http://migre.me/rydMi>

TEMPS, R. L. de C.. **Resistir e desistir: um estudo sobre os atingidos por barragens Mauá/ PR.** Tese de Doutorado. PUCSP: SP – 2013.

VASCONCELOS, N. A. de. Qualidade de vida e habitação. In: CAMPOS, R.E. de F (org.). **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia.** 17ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.